



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 259, DE 1995

(Da Sra. Maria Valadão e Outros)

Acrescenta parágrafo 9º ao artigo 195 da Constituição Federal.

(APENSE-SE À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122/95)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional.

Acrescente § 9º, ao artigo 195, o seguinte dispositivo:

“Art. 195 —

§ 9º — O trabalho de menores de 16 anos, desde que paralelo a treinamento profissional ou processo regular de ensino está isento de contribuição.”

JUSTIFICATIVA

Para estimular a oferta de emprego aos menores que, quando desocupados, tornam-se vulneráveis a todo e qualquer tipo de desencaminhamento e corrupção por parte de adultos mal intencionados.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1995

Maria Valadão
MARIA VALADÃO
Deputada Federal

08/11/95

ABELARDO LUPION
ADHEMAR DE BARROS FILHO
ADROALDO STRECK
AFFONSO CAMARGO
ALBERICO FILHO
ALBERTO GOLDMAN
ALCESTE ALMEIDA
ALCIONE ATHAYDE
ALDO ARANTES
ALEXANDRE CERANTO
ALEXANDRE SANTOS
ALOYSIO NUNES FERREIRA
ALVARO GAUDENCIO NETO
ALZIRA EWERTON
ANDRE PUCCINELLI
ANIBAL GOMES
ANTONIO BRASIL
ANTONIO DO VALLE
ANTONIO FEIJAO
ANTONIO GERALDO
ANTONIO JORGE
ANTONIO UENO
ARMANDO ABILIO
ARNON BEZERRA
ARY KARA
AUGUSTO NARDES
AUGUSTO VIVEIROS
AYRES DA CUNHA
BARBOSA NETO
BENEDITO DE LIRA
BENEDITO DOMINGOS
BENEDITO GUIMARAES
CARLOS AIRTON
CARLOS APOLINARIO
CARLOS MELLES
CECI CUNHA
CHICAO BRIGIDO
CHICO DA PRINCESA
CONFUCIO MOURA
CORIOLANO SALES
COSTA FERREIRA
DARCI COELHO
DARCISIO PERONDI
DE VELASCO
DELFIN NETTO
DILSO SPERAFICO
DOLORES NUNES
DUILIO PISANESCHI
EDISON ANDRINO
ELIAS MURAD
EMERSON OLAVO PIRES
ENIO BACCI

ENIVALDO RIBEIRO
EURIPEDES MIRANDA
EXPEDITO JUNIOR
EZIDIO PINHEIRO
FELIX MENDONCA
FERNANDO LYRA
FERNANDO TORRES
FEU ROSA
FIRMO DE CASTRO
FRANCISCO DIOGENES
FRANCISCO DORNELLES
FRANCISCO RODRIGUES
GEDDEL VIEIRA LIMA
GENESIO BERNARDINO
GERVASIO OLIVEIRA
GILVAN FREIRE
GIOVANNI QUEIROZ
GONZAGA MOTA
GONZAGA PATRIOTA
HERMES PARCIANELLO
HILARIO COIMBRA
HOMERO OGUIDO
HUGO LAGRANHA
HUGO RODRIGUES DA CUNHA
IBRAHIM ABI-ACKEL
IVANDRO CUNHA LIMA
JAIME MARTINS
JAIR SIQUEIRA
JOAO COLACO
JOAO HENRIQUE
JOAO IENSEN
JOAO MAIA
JOAO RIBEIRO
JOAO THOME MESTRINHO
JORGE ANDERS
JORGE WILSON
JOSE BORBA
JOSE CARLOS VIEIRA
JOSE COIMBRA
JOSE DE ABREU
JOSE FORTUNATI
JOSE JANENE
JOSE LUIZ CLEROT
JOSE MACHADO
JOSE MUCIO MONTEIRO
JOSE PINOTTI
JOSE REZENDE
JOSE ROCHA
JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS
JOSE THOMAZ NONO
LAIRE ROSADO
LAPROVITA VIEIRA

LAURA CARNEIRO
 LEONEL PAVAN
 LEONIDAS CRISTINO
 LEOPOLDO BESSONE
 LIDIA QUINAN
 LIMA NETTO
 LUCIANO CASTRO
 LUCIANO PIZZATTO
 LUIS BARBOSA
 LUIS ROBERTO PONTE
 LUIZ BUAIZ
 LUIZ CARLOS HAULY
 LUIZ DURAO
 LUIZ PIAUHYLINO
 MAGNO BACELAR
 MALULY NETTO
 MARCIA MARINHO
 MARCONI PERILLO
 MARCOS LIMA
 MARCOS MEDRADO
 MARIA VALADAO
 MARILU GUIMARAES
 MATHEUS SCHMIDT
 MAURICIO CAMPOS
 MAURICIO REQUIAO
 MILTON TEMER
 MOISES LIPNIK
 MUSSA DEMES
 NAIR XAVIER LOBO
 NELSON MARQUEZELLI
 NELSON MEURER
 NEWTON CARDOSO
 NICIAS RIBEIRO
 NILTON BAIANO
 ODILIO BALBINOTTI
 OLAVIO ROCHA
 OSCAR GOLDONI
 OSMANIO PEREIRA
 OSVALDO BIOLCHI
 OSVALDO REIS
 PAULO BAUER
 PAULO BERNARDO
 PAULO FEIJO
 PAULO GOUVEA
 PAULO RITZEL
 PEDRINHO ABRAO
 PEDRO CANEDO
 PEDRO CORREA
 PEDRO VALADARES

PEDRO WILSON
 PHILEMON RODRIGUES
 PIMENTEL GOMES
 PINHEIRO LANDIM
 PRISCO VIANA
 RAUL BELEM

REGIS DE OLIVEIRA
 RENAN KURTZ
 RICARDO HERACLIO
 ROBERTO BALESTRA
 ROBERTO PESSOA
 ROBERTO ROCHA
 ROBERTO VALADAO
 ROGERIO SILVA
 ROMEL ANIZIO
 ROMMEL FEIJO
 RONIVON SANTIAGO
 RUBENS COSAC
 SALATIEL CARVALHO
 SALOMAO CRUZ
 SARAIVA FELIPE
 SERAFIM VENZON
 SERGIO BARCELLOS
 SERGIO GUERRA
 SEVERIANO ALVES
 SILAS BRASILEIRO
 TELMO KIRST
 TETE BEZERRA
 THEODORICO FERRACO
 UBALDINO JUNIOR
 UBALDO CORREA
 UBIRATAN AGUIAR
 UDSON BANDEIRA
 USHITARO KAMIA
 VALDENOR GUEDES
 VALDIR COLATTO
 VANESSA FELIPPE
 VIC PIRES FRANCO
 VICENTE ARRUDA
 VITTORIO MEDIOLI
 WAGNER ROSSI
 WELINTON FAGUNDES
 WIGBERTO TARTUCE
 WILSON BRANCO
 WILSON CUNHA
 WOLNEY QUEIROZ
 ZE GOMES DA ROCHA
 ZILA BEZERRA

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 201
 ASSINATURAS QUE NAO CONFEREM..... 7
 TOTAL DE ASSINATURAS..... 208

ASSINATURAS QUE NAO CONFEREM

ARMANDO COSTA
JOAO PIZZOLATTI
MARIA ELVIRA
NELSON MARCHEZAN

ROBSON TUMA
WALDIR DIAS
WILSON CAMPOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Seção de Atas

Ofício nº 40 L/95

Brasília, 09 de novembro de 1995.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição, da Senhora Maria Valadão e outros, que "**Emenda Aditiva ao artigo 195, § 9º, da Constituição Federal**", contém número suficiente de signatários, constando a refererida proposição de:

201 assinaturas válidas; e
007 assinaturas que não conferem.

Atenciosamente,

FRANCISCO DA SILVA CARDOZO
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA
Secretário-Geral da Mesa
N E S T A

"LEGISLAÇÃO CEFADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI"

República Federativa do Brasil

CONSTITUIÇÃO

TÍTULO VIII

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

CAPÍTULO II

DA SEGURIDADE SOCIAL

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I – universalidade da cobertura e do atendimento;
- II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV – irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V – equidade na forma de participação no custeio;
- VI – diversidade da base de financiamento;

VII – caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I – dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro;

II – dos trabalhadores;

III – sobre a receita de concursos de prognósticos.

§ 1.º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

§ 2.º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

§ 3.º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

§ 4.º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

§ 5.º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 6.º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b.

§ 7.º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

§ 8.º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.